

-----**ACTA N° 2/2009**-----

-----**DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 19 DE JANEIRO DE 2009**-----

-----Aos dezanove dias do mês de Janeiro de dois mil e nove, nesta cidade de Almeirim e na Sala de Reuniões do Gabinete do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Administrativa, Maria João André Escrevente, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara Municipal deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário , Maria Joana Vidinha Baptista, José Carlos da Silva e Pedro Manuel Sirgado Pisco dos Santos.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----Faltou a Senhora Vereadora Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

----- No período antes da Ordem do Dia usou da palavra do Senhor Vereador Francisco Maurício que leu a seguinte intervenção, cuja cópia da mesma me deu e que a seguir transcrevo: -----

-----" Apoio Judiciário - Quero informar o Sr. Presidente da Câmara que a lei que rege o seu apoio judiciário, é a mesma que regula o meu. Sei que, para si, deve ser difícil aceitar isso, mas é a Lei, paciência.-----

-----Fiquei a saber pelo jornal " O Mirante" que tinha dúvidas quanto aos meus direitos e ia solicitar um parecer ao advogado da autarquia, quero desde já informá-lo que não vou aceitar esse parecer. Sugiro que peça um parecer à IGAL.-----

----- Quanto à notícia achei-a muito completa, acho só que, em nome da transparência, falta a indicação das verbas pagas, pelo

município, ao jornal anualmente, as verbas pagas pelo município em apoio judiciário ao seu presidente e a publicitação da árvore genealógica do jornalista e do presidente da Câmara, mas com rigor.-----

----- Fico satisfeito por ter suscitado a questão que, decerto levantará outras questões, como por exemplo se, a quem age com dolo ou negligência tem direito a apoio judicial. Exemplos não faltam, por exemplo não cumprir sentenças judiciais, solicitar a intervenção de advogados para defender interesses pessoais, etc,etc.-----

----- Estou só para ver se na queixa apresentada por mim ao Ministério Público acerca da vergonhosa intromissão na minha correspondência pessoal, V^a Ex^o tem o desplante de solicitar apoio judicial. Era só o que faltava.-----

-----Sugiro também que sejam tornados públicos todos os gastos com apoio judicial, onde constará certamente o pagamento de cinco mil euros por um parecer pago a um eminente jurista para evitar o agendamento de um processo disciplinar, interno, à sua Chefe. Recordo que ao contrário do meu procedimento que, das duas vezes que solicitei apoio judicial, o fiz em reunião de Câmara, como me compete, ao invés de V^a Ex^a que nunca informou este Executivo - como era sua obrigação - de qualquer apoio judicial que tem solicitado. Desta vez, agi judicialmente no sentido de ser declarada a nulidade das deliberações da Câmara de vinte e dois de Setembro e de seis de Outubro de dois mil e oito, respeitantes à suspensão do PDM, com vista à Instalação da Cadeia de Almeirim (irresponsabilidade da responsabilidade única do edil cá da terra), através de uma Acção Administrativa Especial e simultaneamente requeri, preliminarmente à acção principal, em cumulação a Providência Cautelar de Suspensão de Eficácia de Acto Administrativo e de Intimação para a Abstenção de uma Conduta.-----

----- Estas acções são obrigatoriamente intentadas por Advogado. Até hoje tenho feito todas as queixas pessoalmente, agora não era possível. Recordo que sou professor de Matemática.-----

----- Na Reunião Pública do Executivo de cinco de Janeiro de dois mil e nove, fiz a seguinte comunicação no PAOD: Lei n.º 29/87, de trinta de Junho. Artigo 20.º - Protecção penal - Os eleitos locais gozam da protecção conferida aos titulares dos cargos públicos pelo n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 65/84, de 24 de Fevereiro. Artigo 21.º - Apoio em processos judiciais. Constituem encargos a suportar pelas autarquias respectivas as despesas provenientes de processos judiciais em que os eleitos locais sejam parte, desde que tais processos tenham tido como causa o exercício das respectivas funções e não se prove dolo ou negligência por parte dos eleitos. Entrego, pois, a Vª Exª os documentos respeitantes aos honorários que devem ser pagos ao advogado a que recorri para solicitar a nulidade das deliberações de vinte e dois de Setembro e de seis de Outubro da Câmara Municipal de Almeirim acerca da emissão de pronúncia sobre a pretensão formulada pela Administração Estadual de suspender parcialmente o PDM de Almeirim, com vista à construção de um estabelecimento prisional. Esta queixa foi apresentada ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, solicitando a nulidade do acto, face às inúmeras ilegalidades cometidas. Sobre esta questão dos honorários em concreto, informo também que o Advogado será atempadamente restituído dos valores respeitantes ao trabalho que efectuou ou venha a efectuar, não estando dependente da má fé e maus humores do Sr. Presidente da Câmara, porque o meu Nome, em contraponto, estará sempre associado à honestidade.-----

-----Trabalhadores da ex-ALDESC. In "O Mirante" de sete de Janeiro: "A Câmara de Almeirim devia ter assumido a contratação dos vinte e cinco trabalhadores da extinta empresa municipal de desporto e cultura - Aldesc, mas não o fez. Por isso a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) levantou um auto de advertência à autarquia, que assumiu a gestão dos equipamentos da Aldesc. Se o município não assegurar os postos de trabalho e a antiguidade de funções vai ser feito um auto de contra-ordenação e aplicada uma coima e o caso pode acabar em

tribunal. -----
-----Após a extinção da empresa municipal que geria os espaços desportivos e culturais do município, os trabalhadores foram despedidos e a autarquia optou por fazer um concurso para os voltar a contratar para as mesmas funções ao abrigo do contrato individual de trabalho. Porque estes não podiam ser integrados no quadro de funcionários públicos. Só que houve duas pessoas que foram excluídas do concurso e ficaram sem trabalho. Segundo a ACT, não era necessário fazer concurso público para a contratação e ao fazê-lo a câmara violou o direito dos trabalhadores."-----

-----Senhor Presidente, ou Sr. Vereador Pedro Ribeiro, já nem sei bem de quem é esta responsabilidade: Isto é para cumprir, ou é para se arrastar nos Tribunais? A mim parece-me que uma Instituição Pública, como é a Câmara Municipal, já deveria ter acatado a decisão e agido em conformidade. Exijo saber qual é a posição da Câmara Municipal.-----

-----Apresentação do Requerimento 01/2009:-----

-----Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Almeirim----

-----FRANCISCO MANUEL MAURÍCIO DO ROSÁRIO, portador do B.I. nº 2026036 (A.I. de Santarém), residente na Rua António Sérgio, nº 22 - A, 1º Esqº, 2080-062, em Almeirim, e vereador em efectividade de funções na Câmara Municipal de Almeirim, vem de acordo com o estipulado na alínea s) do nº 1, do artº 68º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 1 de Novembro, vem requerer a V.Exa que lhe sejam fornecidas as fotocópias do parecer ou dos pareceres jurídicos elaborados pela CCDRLVT que "sejam impeditivos do cumprimento da deliberação da Assembleia Municipal de dezasseis de Novembro de dois mil e sete que fixou, nos termos legais a integração dos trabalhadores da empresa municipal como condição legal e que até agora não foi cumprida.-----

-----Este pedido fundamenta-se no facto de o senhor vereador Pedro Ribeiro, que também exerce as funções de vice-presidente, ter afirmado na reunião do executivo municipal de cinco de

Janeiro de dois mil e nove "que a sua posição no que diz respeito aos funcionários da ALDESC vai depender de parecer do consultor jurídico da Câmara" e conforme relata a imprensa regional e nacional sobre esta matéria "Pedro Ribeiro (PS), que detém o pelouro do Desporto na autarquia, disse à agência Lusa que, de acordo com um parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), a Câmara só pode admitir pessoal por concurso e no caso desta funcionária não estavam preenchidos os requisitos exigidos por lei, nomeadamente quanto às habilitações escolares, pelo que foi excluída. Pedro Ribeiro afirmou que a autarquia não pode contrariar os pareceres jurídicos e da CCDR"-----

-----A confirmarem-se estas duas afirmações, elas são completamente falsas, por um lado porque os dois pareceres sobre a "avocação pela autarquia das actividades prosseguidas pela ALDESC" determinam a transição dos trabalhadores para a Câmara Municipal" e por outro, nos termos da Lei, então em vigor, todo o processo de selecção da contratação de trabalhadores, em regime de trabalho privado na administração pública que estava previsto no artº 5º da Lei 23/2004 de vinte e dois de Junho de dois mil e quatro não prevê NENHUM CONCURSO, atente-se que situação de avocação pela Câmara Municipal das actividades que eles vinham exercendo ficam abrangidos pela Código do Trabalho (artº 318º a 321º) (cf. artº 16º da Lei 23/2004 e respectiva alteração ao seu nº 1 pela Lei 53/2006 de sete de Dezembro (artº 43º) e que com todos os trabalhadores tinham celebrado contratos de trabalho, reduzidos a escrito, e cumpridos os formalismos de recrutamento e selecção, procedimentos julgados suficientes para o exercício das tarefas ou funções para as quais foram contratados pela Câmara Municipal (presidente ou o respectivo vereador).-----

-----Almeirim, dezanove de Janeiro de dois mil e nove."-----
----- O Senhor Vice Presidente esclareceu que quando na reunião de cinco de Janeiro falou sobre o parecer era no sentido de perceber se o parecer do Dr. Vítor Batista e do Dr. João

Magalhães era no sentido de eles se pronunciarem sobre se a ACT (Autoridade para as Condições de Trabalho) tutelava ou não a Autarquia, tendo em conta que já existe parecer da CCDR/LVT sobre este assunto, ou seja da Direcção Geral que nos tutela directamente.-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos perguntou se havia possibilidade de colocar à entrada da circular, junto ao restaurante O Chico, um sinal de estacionamento proibido; e informou que a iluminação da ponte D. Luís está deficiente e que nos passeios da ponte, existem partes sem mosaicos, pondo em risco as condições de segurança dos utilizadores, e solicitou esclarecimentos sobre o concurso de Veterinário Municipal, designadamente sobre a homologação da lista de classificação final, dado que não há nenhum impedimento legal para o fazer.---

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1 - OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos pelo Sr. Presidente em projectos de arquitectura respeitantes aos processos de obras abaixo designados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Ana Rita Florêncio Caniço, processo cento e trinta de dois mil e oito; Maria Margarida Raposo Vasconcelos Dionísio Cadavez, cento e trinta e um de dois mil e oito.-----

-----PROJECTOS GLOBAIS - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos em sede de projectos globais, referentes aos processos de obras a seguir indicados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Olinda Nunes da Silva Cardoso - cento e quarenta de dois mil e oito.-----

-----LOTEAMENTO URBANO -Foi presente o processo de operação de loteamento urbano número dois de dois mil e oito, para constituição de dezassete lotes destinados a moradias uni familiares isoladas e geminadas, a construir na Ruas João Gerardo e das Pedreiras em Fazendas de Almeirim, requerido por Amândio Carvalho Pisco, Construção Civil, Ld^a. É acompanhado de informação técnica do Arquitecto da Divisão de Habitação e Urbanismo, António Forte, do seguinte teor: "O requerente apresenta um pedido de licenciamento de uma operação de loteamento urbano de um terreno situado em ZHC(Zona Urbana a consolidar) designadamente na Rua das Pedreiras e Rua João Gerardo - Fazendas de Almeirim.-----

-----O referido pedido foi precedido da Informação Prévia número seis de dois mil e sete, a qual mereceu parecer técnico favorável das DHU no que respeita ao cumprimento das disposições constantes no PMOT (PDM), condicionado a:-----

-----Parecer favorável da DOM relativamente ao alinhamento e infraestruturas propostas.-----

-----Aceitação por parte do executivo municipal do pagamento da compensação relativa aos quinhentos e sessenta e seis ponto sessenta e um metros quadrados de deficit de áreas de cedência para zonas verdes e equipamentos de utilização colectiva.-----

-----Apreciados os elementos apresentados, designadamente as peças escritas e desenhadas que o instruem, constatou-se que o pedido se encontra devidamente instruído nos termos do disposto na Portaria número duzentos e trinta e dois barra de dois mil e oito de onze de Março.-----

-----A proposta de ocupação urbana contempla a criação a dezassete lotes com áreas compreendidas entre trezentos e sessenta e oito ponto setenta e oito metros quadrados e quinhentos e cinquenta e cinco metros quadrados, destinados à construção de moradias uni familiares isoladas e geminadas, de dois pisos e respectivos anexos.-----

-----É proposta a cedência de duzentos e nove ponto catorze metros quadrados para Zonas Verdes de utilização colectiva não

sendo proposta qualquer cedência de terreno para Equipamentos propondo-se o requerente pagar a respectiva compensação da seguinte área em défice:-----

-----Área necessária ceder (Portaria número duzentos e dezasseis traço B barra dois mil e oito)-----

-----Zona verdes de utilização colectiva---vinte e oito metros quadrados vezes dezassete---quatrocentos e setenta e seis metros quadrados;-----

-----Zona de equipamento de utilização colectiva - trinta e cinco metros quadrados vezes dezassete - quinhentos e noventa e cinco metros quadrados; TOTAL - mil e setenta e um metros quadrados. Área proposta a ceder - Zona verde de utilização colectiva - duzentos e nove ponto catorze metros quadrados; ----

-----Zona de equipamento de utilização colectiva - zero metros quadrados;-----

-----Estacionamentos *(a) - duzentos e noventa e oito ponto trinta e cinco metros quadrados; TOTAL - quinhentos e sete ponto quarenta e nove metros quadrados; DÉFICE - quinhentos e sessenta e seis ponto cinquenta e um metros quadrados; *(a) oitocentos e sessenta e quatro ponto oitenta e seis metros quadrados.-----

----- (a) O requerente propõe-se ceder vinte lugares públicos de estacionamento. Em situações semelhantes tem a Câmara Municipal deliberado considerar tais áreas como equiparáveis a área de cedência para equipamento. Tais áreas serão consideradas para o efeito caso seja tomada deliberação expressa nesse sentido.-----

-----No que respeita ao cumprimento das especificações constantes no número dois do artigo catorze do Decreto Lei quinhentos e cinquenta e cinco de noventa e nove alterado pela Lei número sessenta de dois mil e sete de quatro de Setembro informa-se:-----

-----Concorda-se com a volumetria e implantação proposta para as construções (dois pisos habitação e um piso anexos), não devendo a cércea da primeira ser superior a sete metros.-----

-----Não existem nem se revelaram quaisquer condicionantes para um adequado relacionamento formal e funcional com a envolvente.

Contudo, chama-se a atenção para os lugares de estacionamento acessíveis a pessoas de mobilidade condicionada, deve, cumprir as especificações técnicas constantes no anexo ao Decreto Lei número cento e sessenta e três de dois mil e seis.-----

-----Concorda-se com o programa de utilização das especificações proposto, incluindo a área bruta de construção a afectar aos diversos usos.-----

-----No que respeita ao alinhamento dos muros de vedação reitera-se a necessidade de ser solicitada informação à DOM, designadamente aos serviços de topografia tal como havia sido sugerido a quando da emissão de parecer no âmbito o PIP.-----

-----Igualmente, à semelhança do sugerido a quando da apreciação do PIP, deverá a DOM dar parecer relativamente às infraestruturas locais e sua ligação às infraestruturas gerais.-

-----Relativamente às áreas de cedência destinadas a zonas verdes e equipamentos de utilização colectiva, deverá a Câmara Municipal deliberar quanto à aceitação ou não do pagamento da compensação do défice de áreas de cedência e levada em conta o referido na nota (a) da presente informação".-----

-----Posta à votação a proposta acima indicada, foi aprovado por unanimidade o desenho urbano e o pagamento da compensação da área de défice de quinhentos e sessenta e seis virgula cinquenta e um metros quadrados, porque há cedências de duzentos e noventa e oito virgula trinta e cinco metros quadrados para vinte lugares públicos de estacionamento.-----

-----**4- OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS**-----

-----3º TROÇO DA CIRCULAR URBANA ENTRE A EN 114 E A ESTRADA DE VALE BARROCAS - O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta: " Na sequência do Relatório Final apresentado pelo Júri de Procedimentos, e em cumprimento do artigo 148º, nº4 do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de vinte e nove de Janeiro, proponho a aprovação do

presente Relatório, bem como, a consequente adjudicação da empreitada "3º Troço da Circular Urbana de Almeirim - entre a EN 114 e a Estrada de Vale Barrocas", ao empreiteiro Construções Vias Manso Ld^a, na sua proposta condicionada de setenta e um dias, pelo valor de quinhentos e quinze mil oitocentos e setenta e um euros e quarenta e oito cêntimos."-----

-----É acompanhado de Relatório final que a seguir se transcreve: "CONCURSO PÚBLICO - 3º TROÇO DA CIRCULAR URBANA DE ALMEIRIM - ENTRE A EN 114 E A ESTRADA DE VALE BARRROCAS-----

----- (Artigo nº 130 e seguintes do Código de Contratos Públicos aprovado pelo D.L. nº 18/2008, de 29 de Janeiro)-----

-----RELATÓRIO FINAL-----

----- (Artigo nº. 148 do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto - Lei nº. 18/2008, de 29 de Janeiro)-----

-----Refere-se o presente relatório, a um Concurso Público para a Construção do 3º TROÇO DA CIRCULAR URBANA DE ALMEIRIM - ENTRE A EN 114 E A ESTRADA DE VALE BARROCAS ao abrigo do artigo 130º e seguintes do Código de Contratos Públicos aprovado pelo D.L. nº 18/2008, de 29 de Janeiro.-----

-----1- Propostas entregues dentro do prazo.-----

1.1 AQUINO CONSTRUÇÕES, S.A.-----

1.2 ECO EDIFICA, S A-----

1.3 CONSTRUÇÕES VIAS MANSO LD^a.-----

1.4 MENDES & GONÇALVES S.A.-----

1.5 ASIBEL CONSTRUÇÕES S.A.-----

1.6 ARMANDO CUNHA S.A.-----

2.Critérios de análise das propostas, para efeitos de adjudicação, conforme o ponto 12 do anúncio publicado em D.R., bem como do ponto 15 do Programa de Concurso e ainda conforme os esclarecimentos prestados a todos os concorrentes:-----

-----Critério de análise de propostas para efeito de adjudicação por ordem decrescente da sua importância-----

- Preço (P) - 80%-----

- Prazo de execução (T)- 20%-----

- Ponderação dos factores-----
- Preço (P), aplicando a fórmula: $P = 5.00 - a/b$, em que:-----
-----a)montante da proposta-----
-----b)valor do preço base do procedimento-----
-----Prazo de execução (considerar-se-ão em dias de calendário)-
----- (T), aplicando a fórmula: $T = 5 - d/e$, em que-----
-----b)prazo proposto-----
-----prazo base apresentado.-----
----- - Classificação Final-----
-----As propostas dos concorrentes serão ordenadas por ordem decrescente, consoante o valor "V" sendo escolhida a que apresentar o valor "V" mais elevado. O valor "V" é definido pelo polinómio: $V = 0,80 \times P + 0,20 \times T$ -----
-----Constituição do Júri: António Xavier Martins da Rocha Pinto - Presidente; Luís Alberto Ferreira Leitão - Secretário; José Joaquim da Cruz Luzia Rodrigues - vogal-----
Apreciação-----
-----A análise das propostas, com a aplicação das fórmulas acima definidas nos respectivos critérios, encontra-se em folha anexa a este relatório e dele faz parte integrante.-----
-----Cumprindo o disposto no artigo 148º, nº 1, do Código de Contratos Públicos aprovado pelo D.L. nº 18/2008, de 29 de Janeiro, o Júri do Procedimento, considerando que não houve observações dos concorrentes efectuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, propõe à Exmª Câmara Municipal de Almeirim a adjudicação definitiva à proposta economicamente mais vantajosa, a apresentada pelo concorrente Construções Vias Manso, Lda., pelo valor de 515.871,48 € (quinhentos e quinze mil oitocentos e setenta e um euros e quarenta e oito cêntimos) a que acresce o IVA à taxa em vigor, na sua proposta condicionada por um período de 71 dias, encerrando assim, o relatório final que juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso é enviado para apreciação e deliberação superior.-----
-----O Júri dos Procedimentos-----
-----António Xavier Martins da Rocha Pinto - Presidente)-----

----- (Luís Alberto Ferreira Leitão - Secretário) -----
----- (José Joaquim da Cruz Luzia Rodrigues - Vogal). "-----
----- É acompanhado de mapa que a seguir se reproduz: -----

3º TROÇO DA CIRC.URB. DE ALMEIRIM - TROÇO ENTRE A EN 114 E A EST. VALE BARROCAS

CONCORRENTE	PREÇO		Ponderado 80%	PRAZO		Ponderado 20%	Classificação	Ordenação
AQUINO & RODRIGUES	501.577,38 €	4,0555	3,244	120	4,000	0,800	4,044	5º
CONDICIONADA	501.577,38 €	4,0555	3,244	88	4,267	0,853	4,098	3º
ECOEDIFICA	507.302,45 €	4,0447	3,236	120	4,000	0,800	4,036	6º
CONDICIONADA	507.302,45 €	4,0447	3,236	80	4,333	0,867	4,102	2º
CONSTRUÇÕES VIAS MANSO	515.871,48 €	4,0285	3,223	120	4,000	0,800	4,023	7º
CONDICIONADA	515.871,48 €	4,0285	3,223	71	4,408	0,882	4,105	1º
MENDES & GONÇALVES	527.327,52 €	4,0070	3,206	120	4,000	0,800	4,006	9º
ASIBEL CONTRUÇÕES	522.523,82 €	4,0160	3,213	120	4,000	0,800	4,013	8º
CONDICIONADA	522.523,82 €	4,0160	3,213	93	4,225	0,845	4,058	4º
ARMANDO CUNHA S.A	598.860,50 €	3,8723	3,098	120	4,000	0,800	3,898	11º
CONDICIONADA	598.860,50 €	3,8723	3,098	110	4,083	0,817	3,914	10º
Preço base	531.030,69 €							
Prazo base				120,000				

----- Posto à votação a adjudicação da empreitada do terceiro troço da Circular Urbana de Almeirim - entre a EN cento e catorze e a Estrada de Vale Barrocas, foi aprovada por unanimidade a adjudicação da mesma ao empreiteiro Construções Vias Manso Ld^a, na sua proposta condicionada de setenta e um dias, pelo valor de quinhentos e quinze mil oitocentos e setenta e um euros e quarenta e oito cêntimos.-----

----- EMPRÉSTIMO BANCÁRIO - O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta: "Tendo em conta a apresentação da candidatura do Terceiro Troço da Circular Urbana de Almeirim - entre a EN 114 e a Estrada de Vale Barrocas, de valor elegível quinhentos e quarenta e um mil seiscentos e sessenta e cinco euros e cinco cêntimos com a comparticipação comunitária de cinquenta e seis virgula quarenta e oito por cento correspondente a trezentos e cinco mil novecentos e trinta e dois euros e quarenta e dois cêntimos.-----

----- E ainda a faculdade concedida pelo número seis do artigo

trinta e nove da Lei dois de dois mil e sete, de quinze de Janeiro, Lei das Finanças Locais; -----
-----Propõe-se a obtenção de empréstimo bancário para o fim da construção desta obra no valor de cento e setenta e seis mil setecentos e noventa e nove euros e quarenta e sete cêntimos.”--
-----A Câmara deliberou por unanimidade contratar o empréstimo de cento e setenta e seis mil setecentos e noventa e nove euros e quarenta e sete cêntimos.-----

-----**2 - PESSOAL**-----

-----PROCESSO DISCIPLINAR - Tendo sido previamente distribuído por todo o Executivo, o relatório final do processo disciplinar e aditamento ao mesmo, da funcionária Ana Isabel Evangelista Policarpo, o Executivo procedeu à análise, com vista à deliberação final.-----

-----Posto à votação foi deliberado com seis votos a favor e uma abstenção, aplicar a pena disciplinar de sessenta dias de suspensão, sem direito à suspensão da mesma e sem exercício nem vencimento, à funcionária Ana Isabel Evangelista Policarpo, a cumprir a partir de um de Fevereiro do corrente ano. -----

-----Esta votação foi feita por escrutínio secreto. -----

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----TRANSFERENCIAS - A pedido das respectivas entidades a Câmara deliberou conceder as seguintes transferências: Shotokan Karatenomichi Portugal Associação, cento e cinquenta euros, para apoio à deslocação do técnico ao estágio e campeonato mundial KWF à Noruega; Hóquei Clube “Os Tigres”, oitocentos e vinte e cinco euros e sessenta cêntimos, para aquisição de equipamentos; Hóquei Clube “Os Tigres”, trezentos euros para apoio na deslocação da equipa de seniores aos Açores; Hóquei Clube “Os Tigres” - Secção de Patinagem Artística, setecentos e cinquenta e nove euros, para inscrição de atletas, mediante apresentação

das respectivas despesas; União Desportiva do Sorraia - Centro Popular de Trabalhadores, cento e cinquenta euros para pescadores participantes no Campeonato do Mundo de Pesca; Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo, seiscentos e trinta e três euros e sessenta cêntimos, para pagamento de caixilharias; Associação Vinte Quilómetros de Almeirim, quatrocentos euros mensais, para renovação de protocolo existente; Agrupamento de Escolas de Fazendas de Almeirim - Jardim de Infância de Marianos - oitenta e nove euros e setenta e nove cêntimos para pagamento de refeições das crianças à cantina de Paço dos Negros; Associação Portuguesa Amigos de Raoul Follereau, cinquenta euros para a sua actividade; Agrupamento de Escolas de Fazendas de Almeirim, noventa euros para o segundo trimestre lectivo, para despesas de expediente e limpeza.-----

----- Foi presente o mail da Escola Básica dois virgula três de Fazendas de Almeirim, informando que a mesma foi vítima de roubo tendo desaparecido treze computadores portáteis. É solicitada por esta entidade a colocação de alarmes nas instalações, à semelhança do que foi feito nas escolas do primeiro ciclo deste Agrupamento.-----

----- A Câmara deliberou por unanimidade conceder à escola o subsídio de mil cento e nove euros, para instalação de serviço de televigilância a contratar à Securitas Direct Portugal e quinhentos e cinquenta e dois euros para pagamento de seis meses do serviço.-----

-----EXPEDIENTE E LIMPEZA DAS ESCOLAS - Sob proposta da Sr^a Vereadora Joana Baptista, a Câmara deliberou pagar o subsídio de expediente e limpeza a todas as escolas do primeiro ciclo, Jardins de Infância e ATL do Concelho, respeitante ao segundo período lectivo, no valor de noventa euros por sala.-----

-----PREÇÁRIO PARA A MODALIDADE DE HIDROBIKE - Foi presente a comunicação interna de Alda Leandro, informando que pretende abrir uma nova classe na modalidade de hidrobike, nas Piscinas Municipais, e apresenta proposta para o preçário mensal, como se

indica: uma vez por semana - vinte euros e oitenta e cinco cêntimos; duas vezes por semana - vinte e sete euros e doze cêntimos; três vezes por semana - trinta e três euros e noventa e dois cêntimos; quatro vezes por semana trinta e nove euros e noventa e dois cêntimos. É informado pela proponente que estes preços tiveram por base a consulta a outras piscinas onde é praticada a modalidade.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o preçário proposto.-----

-----COMPRA DE LIVROS - Sob proposta do Senhor Vereador José Carlos da Silva, a Câmara deliberou comprar à Santa Casa da Misericórdia, vinte livros da autoria de Cândido do Carmo Azevedo, com o título "Na lonjura, a Saudade". O valor dos livros reverterá para ajudar algumas famílias carenciadas .-----

-----PEDIDO DE PAGAMENTO DE MEDICAMENTOS - Foi presente o pedido de Joaquim Alberto Bento Silva Casimiro Leandro, funcionário da Autarquia e que se encontra de baixa por acidente de serviço, solicitando o pagamento de factura de compra de medicamentos no valor de cento e dois euros e quarenta e um cêntimos.-----

-----A Câmara deliberou pedir informação à Repartição de Recursos Humanos, sobre a legalidade do pedido.-----

-----ACÇÃO SOCIAL - Foram presentes as seguintes comunicações internas do Gabinete de Acção Social:-----

----- Pedido de apoio para compra de óculos de Cristiana Margarida Borges Francisco, residente em Almeirim. É contextualizada a situação pelo Gabinete, informando que a família requereu a prestação de Rendimento Social de Inserção. A jovem frequenta o nono ano de escolaridade na Escola Marquesa D'Alorna em Almeirim e, segundo prescrição médica, tem urgente necessidade de usar óculos.-----

-----A Câmara deliberou conceder cinquenta por cento do valor dos óculos, no montante de cento e seis euros e noventa cêntimos

a pagar directamente à Multiopticas.-----
-----O pedido de revisão de avaliação de bolsa de estudo de Teresa Paula Rodrigues Aranha. É contextualizada a situação pelo Gabinete e informa que o rendimento per cápita é de cento e quarenta e cinco euros e setenta e um cêntimos. A requerente solicita apoio para as viagens diárias para o Instituto Politécnico de Leiria, informando que gasta em média o valor mensal de cento e dez euros em combustível.-----
-----A Câmara deliberou conceder o valor mensal de cento e dez euros, para o ano lectivo de dois mil e oito/ dois mil e nove, a pagar mediante a apresentação dos recibos do combustível.-----
-----Nos termos da comunicação interna do Gabinete de Acção Social, sobre condições de saúde e económicas de José Joaquim dos Santos Silva, a Câmara deliberou autorizar a frequência gratuita da hidroginástica, no ano lectivo de dois mil e oito/dois mil e nove.-----
-----Foram presentes as seguintes comunicações internas do Gabinete de Educação:-----
-----É contextualizada a situação de Vânia Filipa da Cruz Casimiro, informando que a requerente já foi bolseira no ano anterior, solicitando o pagamento do passe escolar para o ano lectivo de dois mil e oito/dois mil e nove. É aluna da Escola Superior de Educação de Torres Novas, do curso de Educação Social e Desenvolvimento Comunitário.-----
-----A Câmara deliberou custear o passe escolar, para o ano lectivo de dois mil e oito/ dois mil e nove.-----
-----De Catarina Amorim Mendes, estudante em Santarém, que solicita que o valor do passe lhe seja entregue para despesas de combustível, pois é trabalhadora estudante em regime pós laboral e não pode utilizar os transportes públicos porque não têm horário compatível para deslocação.-----
-----A Câmara deliberou conceder a alteração apresentada.-----
-----Pedido de apoio de Leonor Maria Semedo Marçal, residente em Almeirim, que solicita a compra de um computador para a sua filha Mariana, aluna do décimo primeiro ano, que tem recebido o

Prémio do Melhor Aluno - Dr António Cláudio. É contextualizada a situação pelo Gabinete.-----

-----A Câmara deliberou conceder um computador.-----

-----TRANSPITO - Foi presente o pedido de "Os Pimpinetes" - Centro de Estudos, de Luís Santos Rodrigues, solicitando a reserva de um espaço em frente à porta de acesso ao Centro de Estudos que se situa na Rua das Faias, número setenta em Almeirim. O Centro é frequentado por muitas crianças e pelos seus pais, muitos dos meninos são transportadas pela carinha da Instituição.-----

-----A Câmara deliberou mandar pintar marcas no pavimento.-----

----- HABITAÇÃO - Foi presente a informação da Divisão de Habitação e Urbanismo, comunicando que Jesuina Guilhermina Figueiredo, não cumpriu o contrato de promessa de venda da moradia número vinte e um do Bairro AMCOFA em Fazendas de Almeirim. A Múncipe tem uma dívida de seiscentos e quarenta e sete euros e oitenta cêntimos, ao Município devido a dificuldades financeiras porque lhe foi retirado o rendimento mínimo, e apenas sobrevive com uma pensão de duzentos e sessenta e dois euros e noventa e seis cêntimos. Vem solicitar que o valor em dívida possa ser liquidado em prestações mensais e sucessivas durante o período de vinte e quatro meses.-----

-----A Câmara deliberou deferir a pretensão. -----

----- RENDAS EM DÍVIDA - Foi presente a informação da Divisão de Habitação e Urbanismo, comunicando que em nome de Idália do Rosário Cardoso, arrendatária da moradia sita no Bairro AMCOFA, número trinta e sete em Fazendas de Almeirim, existem quarenta e uma rendas em atraso, no montante de oitocentos e setenta e dois euros e treze cêntimos. Estas rendas reportam-se aos meses de Dezembro de dois mil e quatro a Dezembro de dois mil e oito, ininterruptamente.-----

-----A Câmara deliberou enviar o assunto ao consultor jurídico para accionar acção de despejo.-----

-----AUTOCARRO - A Câmara deliberou contabilizar as deslocações do autocarro ao serviço das respectivas entidades:-----

-----Casa de Repouso de S. João Batista, quinhentos e quarenta e cinco euros e trinta e cinco cêntimos; Classe Vinte, cento e oitenta e quatro euros e noventa cêntimos; Centro Paroquial, cento e oitenta e seis euros e cinquenta e três cêntimos; Orfeão de Almeirim, cento e oitenta e seis euros e setenta e três cêntimos; Jardim de Infância de Benfica, sessenta e cinco euros e sessenta e dois cêntimos; Jardins de Infância de Raposa, Marianos e Paço dos Negros, oitenta euros e sessenta e dois cêntimos; Banda Marcial de Almeirim, setenta e oito euros e cinquenta e cinco cêntimos; Associação Vinte Quilómetros de Almeirim - Secção de Natação - duzentos e setenta e nove euros e doze cêntimos; Associação Desportiva C.R. Paço dos Negros, cento e setenta e um euros e setenta e cinco cêntimos; Escolas Moinho de Vento e Tapada, setenta e oito euros e dezoito cêntimos; Escolas P- Três e Benfica, cento e trinta e cinco euros e setenta e quatro euros; Rancho Folclórico Infantil de Fazendas de Almeirim, duzentos e quarenta e sete euros e vinte e nove cêntimos; Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo, setenta e dois euros e dezoito cêntimos; Escola Moinho de Vento, cinquenta e oito euros e sessenta e oito cêntimos; Hóquei Clube "Os Tigres", Patinagem Artística, cento e noventa euros e vinte e oito cêntimos; Estabelecimento Prisional de Alcoentre, pelo transporte de reclusos ao serviço do Município - dois mil seiscentos e sessenta e um euros e quarenta e sete cêntimos.-----

-----ESTATUTOS DA ECOLEZIRIA - o Senhor Presidente apresentou as alterações aos estatutos da Ecoléziria, para aprovação da Câmara Municipal e posterior ratificação em Assembleia Municipal.-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos perguntou quais os artigos que foram alterados.-----

-----O Senhor Presidente informou que as alterações efectuadas são as que a lei obriga. O assunto voltará à próxima reunião com a indicação das alterações realizadas. -----

-----SENHAS DE PRESENÇA - Foram comunicadas à Repartição de Recursos Humanos da Autarquia, as presenças dos Senhores Vereadores na presente reunião de Câmara, para pagamento das senhas de presença.-----

-----ACTAS -Foram aprovadas as actas abaixo indicadas, previamente distribuídas a todos os Autarcas, como se indica: reunião de quinze de Dezembro de dois mil e oito - aprovada por unanimidade; reunião de cinco de Janeiro de dois mil e nove - aprovada por unanimidade.-----

-----O Sr. Presidente declarou que, relativamente a todas as Actas, aprova as deliberações formais no que concerne à eficácia dos actos e vota contra tudo o resto que está escrito e não é essencial às deliberações, nos termos do n.º. 1 do Artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, que leu:-----

-----"De cada reunião ou sessão é lavrada acta, que contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respectivas votações e, bem assim, o facto de a acta ter sido lida e aprovada."-----

-----Às dezasseis horas e quarenta e cinco minutos o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____, Assistente Administrativo da Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que lavrei e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor Presidente.-----

Presidente da Câmara,

A Assistente Administrativa
